



Turismo e identidade territorial em municípios litorâneos: o comercio ambulante em Matinhos -PR

Autores:

Andréa Maximo Espinola - Universidade Federal do Paraná - andreaespinola@yahoo.com

Marcos da Silva Lotoski - Universidade Federal do Paraná - marquinho_pop@hotmail.com

Resumo:

A informalidade dos trabalhadores atípicos são fenômenos em expansão nas cidades brasileiras desenvolvendo um inesgotável leque de estratégias de e para a sua sobrevivência (VASOPOLLO, 2006). Este trabalho apresenta a dinâmica geográfica das atividades ambulantes no espaço da areia da praia do município de Matinhos e suas respectivas territorialidades produzidas. Através dos aportes teóricos da geografia são estabelecidos os marcos conceituais para compreensão e análise do fenômeno da territorialização no espaço da praia e no espaço urbano de municípios balneários. Como ficou evidente que a atividade do trabalho no setor turístico produz processos de exclusão, fragmentação e segregação das correntes predominantes do mercado de trabalho, das maneiras formais de apropriação do espaço urbano e a certas oportunidades de sociabilidade.



TURISMO E IDENTIDADE TERRITORIAL EM MUNICÍPIOS LITORÂNEOS: O COMÉRCIO AMBULANTE EM MATINHOS- PR.

1. INTRODUÇÃO

A expansão dos trabalhadores informais é parte das transformações em curso do mundo do trabalho. Para Antunes (2005) estaríamos diante de uma nova morfologia do trabalho com a ampliação de expressões que até o momento não ocupavam o lugar central na configuração da classe trabalhadora nos termos clássicos, lugar protagonizado pelo operariado fabril. A reestruturação produtiva do capital e a flexibilização do trabalho propiciaram essa emergência. Neste contexto, o trabalhador ambulante, trabalhador atípico na informalidade, desenvolve um inesgotável leque de estratégias para a sua sobrevivência. A ambulância obrigada o deslocamento em direção na qual seu consumidor em potencial se encontra. A cidade é o lócus principal de reprodução do comércio ambulante, um espaço apropriado por estes trabalhadores nas suas práticas cotidianas. Nas cidades balneárias do Litoral do Paraná, parte dos trabalhadores ambulantes que comercializam suas mercadorias nas proximidades das praias o fazem em condições precárias no seu perambular cotidiano pelas areias e calçada da orla.

O comércio ambulante e sua itinerância desperta o interesse em reconhecer os trajetos ocupacionais destes trabalhadores. Por isso este artigo baseou-se em duas questões norteadoras:

Quais os arranjos sócio espaciais provocados pelo trabalho informal no espaço da areia da praia?

Qual o perfil sócio econômico dos trabalhadores que interagem sobre este espaço de praia no balneário de Matinhos?

2. A IDENTIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO INFORMAL NA PRAIA

A Geografia nos ajuda a esclarecer nossa sociedade, a partir da classe trabalhadora, ao mostrar “as marcas territoriais do trabalho” nela impressas. O território, na abordagem sociológica, surge através do estudo dos atores, das classes e categorias sociais, suas trajetórias, institucionalidades e redes que os incluem ou excluem. Sendo o território fruto de um processo social, historicamente determinado, a identidade social de seus habitantes é

forjada através de diferentes processos de institucionalização de diversos aspectos da gestão pública e das atividades privadas.

A noção de território implica também na compreensão da idéia de espaço. O espaço é o patrimônio natural existente em uma região definida. O território emerge da ocupação do espaço, pela sua transformação e pelo ordenamento orientado pela configuração de poder dentro dos seus limites (RAFFESTIN, 1993).

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143). A apropriação do espaço através do trabalho humano é um ato de poder, o que, conseqüentemente, denota relações marcadas pelo poder, pois ele está presente em todas as relações de trabalho.

O território é uma produção a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144). E produção envolve, necessariamente, relações de poder. Assim, para se compreender o território é necessário considerar uma categoria essencial, sem a qual não se define o território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos no direcionamento da sua produção. Portanto, para se chegar a um conceito de território há que analisar conjuntamente as relações de poder. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais (BORDO & alli., 2009).

Para a análise do território Hasbaert propõe a convergência de três componentes: o econômico, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”; o cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; e o jurídico-política segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (HAESBAERT R. , 2004., p. 18) citado em (BORDO & alli., 2009).

Hasbaert (2002) caracteriza o mundo atual como complexo e crescentemente globalizado, que tem como contraponto a fragmentação microrregional onde se criam refúgios à própria globalização, conformando uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Para o mesmo autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas (HAESBAERT R. , 2002).

Hasbaert (1997) também utiliza um enfoque cultural ao analisar o conceito de território que emerge do processo de migração interna de grupos familiares e territoriais de um estado para outras partes do país, consistindo em um processo de que o autor denomina de desterritorialização e de reterritorialização. Como exemplo Hasbaert cita a migração de alguns grupos do Rio Grande do Sul para o Nordeste, em que a desterritorialização e de reterritorialização se faz presente sem que, entretanto, ocorra alteração significativa nos hábitos culturais dos nordestinos, onde os gaúchos formaram territórios-redes em torno de suas tradições , dos sistemas de organização do trabalho e de outras práticas culturais (HAESBAERT R. , 1997).

Milton Santos faz importantes aportes à construção do conceito de território em várias passagens de sua obra fundamental. Para ele (SANTOS M. , 1985), a formação do território é externa ao próprio território, a periodização da história é o que define o que será o território, como ele será organizado e como ele se configurará em suas diversas dimensões. O autor

distingue espaço de território, que denomina como “configuração territorial” e o define como “o todo”.

Para Milton Santos, o espaço é a “totalidade verdadeira” (e concreta) que resulta da interação entre a configuração territorial (território), a paisagem (natureza) e a sociedade. Para uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço. A totalidade é formada por instâncias ou estruturas (econômica, jurídico - política e ideológica), e o espaço seria a quarta instância, colocando-se como uma estrutura subordinada e subordinante, um fator social e não apenas reflexo social. Ou seja, se o espaço é resultado da ação humana, e ele é reflexo e condição da sociedade. Então, se temos uma sociedade desigual, o espaço será desigualmente ocupado, distribuído e significado (SANTOS M. , 1985).

Diferentes dinâmicas sociais resultarão em espacialidades particulares que, a seu turno, caracterizarão articulações dentre estes componentes que resultam em novas configurações do espaço, permitindo ao território adotar espacialidades particulares, conforme ocorrem os movimentos da sociedade em seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros (SANTOS M. , 1996, p. 76).

De acordo com Lefebvre (2008, p. 14), “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um método dialético”. A praia, para nosso sujeito de pesquisa, é lugar de trabalho. Para os moradores ou hospedados na localidade, ou que estejam na cidade para fazer turismo, é lugar de lazer. Sobre os lugares de lazeres, o autor afirma que (p. 49-50):

[...] assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, [...] aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho.

As principais praias que representam a problemática espacial de que tratamos em nosso trabalho são trechos de Orla dos municípios de Matinhos e Guaratuba por apresentarem um conjunto de características bastante representativas como a concentração de um significativo número de equipamentos de forte apelo turístico: quiosques na areia, hotéis, espaços de lazer propriamente dito, edifícios residenciais caros, bares e restaurantes frequentados por pessoas em geral de alto poder aquisitivo, seja moradores da cidade ou turistas. A praia é a paisagem desejada pelos idealizadores destes equipamentos, seja da iniciativa privada ou do poder público – ou normalmente os dois juntos – no sentido de exercer um poder de atração sobre os consumidores deste espaço. A natureza é então moldada no intuito de facilitar o acesso e a permanência daqueles que afinal possam pagar por esta paisagem. Um bem que é natural, público portanto, acaba por ser, mal disfarçadamente, apropriado, negociado, alterado, vendido.



De acordo com Lefebvre (2008, p. 54):

A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza.

As políticas públicas para a regiões litorâneas estão repletas de ações no sentido de incentivar a atividade turística. E o padrão naturalista está sempre presente no discurso e nas ações políticos, associado ao binômio sol-mar. Trata-se de uma espécie de retorno ao recorrente argumento de desenvolvimento regional, onde a natureza é colocada ora como problema, ora como solução dos problemas da região, e que, segundo Cruz (2002, p. 11), “desconsidera necessárias alterações na estrutura socioeconômica regional como condição para qualquer possível desenvolvimento”. Porém, não só o poder público, por influência da iniciativa privada, modifica estes espaços. Também o efetivo crescente de trabalhadores informais nas ruas altera significativamente estes espaços, transformando a vida pública, bem como o próprio espaço público (YÁZIGI, 2000, p. 25).

A respeito da localização na cidade dos segmentos da população de baixa renda, também intitulados pobres urbanos, há evidências de que o grau de segregação residencial e grau de segmentação quanto a qualidade dos serviços na estrutura do mercado de trabalho varia segundo a profundidade que os separam das outras categorias sociais (KATZMAN, 2005). Estas considerações permitem ampliar o campo de compreensão dos fenômenos da pobreza superando os esquemas que a concebem somente como produto das vicissitudes da economia ou como resultado dos recursos dos lugares e sua capacidade de mobilização de maneira eficiente.

Compreender portanto o pobre urbano/ambulante/trabalhador informal, em especial a partir de sua própria perspectiva, mostra-se um grande desafio, pelo fato deste trabalhador representar com clareza o momento de heterogeneização, fragmentação e complexificação, pelo qual passa a classe trabalhadora como um todo.

3. METODOLOGIA

Através de construção de alguns indicadores pretende-se dar resposta ao objetivo da pesquisa que é investigar os territórios que se originam a partir do setor informal da economia nas praias do município balneários de Matinhos.

Foram organizados indicadores de caráter global como perfil dos trabalhadores da praia, territorialidades produzidas e atividades econômicas.

1) Trabalhadores da praia - Foram investigados através de questionários na praia de Matinhos no período que compreende a temporada de férias de verão no Hemisfério Sul, entre Dezembro e Fevereiro de 2018. As três localizações escolhidas para coleta de dados seguiram critérios de proximidade a atrativos de esporte e lazer, maior movimento de turistas, melhores condições de estrutura urbana e proximidade a estabelecimento de comércio de rua. No questionário foram organizadas informações acerca do tipo de comércio que realiza na areia, atividade anterior ao comércio ambulante, atividade fora da temporada, grau de instrução, local de estudo, local de nascimento, procedência, local de residência no município.

2) Territorialidades produzidas - Além do questionário foram realizados levantamentos quantitativos georreferenciados de uma amostra do total dos serviços ambulantes que permitiu elaborar mapas com informações sobre o traçado de alguns trajetos de ambulantes que não trabalham com carrinho em local fixo assim como compreender lógicas de distribuição espacial dos ambulantes de carrinhos fixos na areia. A metodologia utilizada foi a observação participante. Foram criados alguns critérios de análise como divisão espacial da areia de praia, distância entre os ambulantes fixos, distanciamento entre o mesmo tipo de comércio, proximidade ao comércio de rua ou a outra estrutura que exerça atratividade de turistas e fatores ambientais e geomorfológicos que poderiam influenciar na escolha do local de fixação do carrinho do ambulante. Outro aspecto relativo a territorialidade que foi analisado neste trabalho diz respeito ao local de moradia dos trabalhadores que poderia indicar processos de segregação residencial dentro da estrutura urbana do município.

3) Atividades Econômicas - Esta informação consta na ficha de cadastro de concessão de licenças para venda de produtos na praia, realizada pela Prefeitura de Matinhos. Portanto através pesquisa documental foram fotografadas cerca de 490 fichas no Setor de fiscalização da Prefeitura, divisão responsável pelo cadastramento, organização e emissão das licenças assim como fiscalização no espaço de praia. A Geografia

4. ESTUDO DE CASO: A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DA PRAIA DE MATINHOS -PR

O Município de Matinhos possui 117 km² de extensão, localiza-se na região sul do litoral do Paraná – Brasil. Com 3 metros de altitude média, dista 111 km de Curitiba pela rodovia BR-277, capital do estado.

A população residente, de acordo com a estimativa do IBGE em 2017 é de aproximadamente 33.450 habitantes. Por ser um município de caráter turístico, na época de veraneio, Matinhos recebe cerca de 300 mil veranistas, distribuídos pelos seus 29 balneários, que ocupam os 19,40 quilômetros de praias que compõe a região.

A faixa de praia do município de Matinhos apresenta características diferenciadas ao longo de seu percurso podendo ser dividida em três principais trechos: Praia Mansa, Praia Brava e Balneários. Historicamente os locais de praia mais disputados no trecho da Orla de Matinhos corresponde as proximidades dos bairros conhecidos por Praia Mansa e Caiobá, uma vez que são estes que concentram os edifícios e residências de mais alto padrão, estão dotados de melhor infra estrutura urbana, como pavimentação, saneamento e abrigam estabelecimentos comerciais que oferecem serviços diferenciados. Na análise de entorno das três localidades de praia escolhidas para aplicação dos questionários é visível a influência dos serviços do entorno em relação 1) a especificidade dos serviços, sendo bastante frequente serviços de alimentação e pequenos comércios de artigos de praia; 2) tamanho dos estabelecimentos, onde a presença de um restaurante de grande porte e de uma estrutura de lazer com diversas atividades pareciam influenciar na escolha do ponto de praia que o turista/veranista fazia no período de coleta de dados em campo; assim como o padrão de desenvolvimento da infraestrutura urbana como acesso com rampas ou escadas, bom estado de conservação das calçadas de acesso e boa pavimentação da via pública. Na análise da distribuição dos turistas, veranistas e trabalhadores ambulantes na faixa de areia ao longo da Orla é possível identificar alguns padrões espaciais de ocupação (Figura 1).



Figura 1- imagem áerea da praia Brava de Matinhos.

Na análise da distribuição dos turistas, veranistas e trabalhadores ambulantes na faixa de areia ao longo da Orla é possível identificar alguns padrões espaciais de ocupação (Figura 1). A imagem mostra dois espaços diferenciados destinados aos turistas: o primeiro deles abriga os proprietários de tendas (geralmente na cor azul ou verde) que são grupos maiores de famílias ou amigos que pagam semanalmente pelo serviço de montagem e manutenção da estrutura. E o segundo espaço, delimita uma faixa de guarda sóis mais próximo ao mar que abriga os turistas e veranistas de passagem, ou de grupos menores e mais itinerantes. Percebe-se ainda que os carrinhos dos ambulantes guardam entre si uma distância de aproximadamente 50 metros que ocasionalmente pode variar conforme a dinâmica geomorfológica da praia. Assim quando ocorrem chuvas e temporais em geral há formação de pequenos riachos de água pluvial que desembocam no mar e por muitas vezes se constituem como empecilhos para o acesso ao comércio ambulante.



Figura 2 e 3 – Comércio ambulante na praia Brava e estrutura de ducha e guarda vida na praia Mansa.

Em geral os carrinhos maiores e fixos estão dispostos perpendicularmente a faixa do mar e muitas vezes aglomeram-se linearmente trabalhando de forma complementar na sua especificidade de produtos e podem pertencer a vários membros de uma mesma família de ambulantes(Figura 2). Uma característica observada nas saídas de campo é que as estruturas temporárias de serviços aos turistas, veranistas e banhistas constituem-se como um atrativo no momento da escolha do lugar de fixação na areia da praia pois podem ser desenvolvidas atividades recreativas, esportivas e religiosas(Figura 3).

5. RESULTADOS

Para análise dos três indicadores conjuntamente ,os dados das fichas cadastrais foram tabulados e complementados com as informações contidas nos questionários e nas fotografias aéreas realizadas por um drone.

As territorialidades produzidas foram investigadas através de observação participante onde o estudante bolsista saia a campo, conversava com os ambulantes e analisava o entorno e as relações de complementaridade e de competição por espaços de comercialização dos produtos e dos serviços ofertados. A construção das relações de poder subjetivamente construída entre ambulantes mais antigos e mais novos ficou muito visível cabendo aos mais antigos a possibilidade de fixação de um ponto comercial na areia, enquanto os mais novos deambulam pela areia. Este acordo entre trabalhadores apesar de ser velado e indiscutível é corroborado pela própria Prefeitura que emite crachás de cor diferenciada conforme a antiguidade do ambulante, concedendo-lhes uma possibilidade de poder de fixação num mesmo ponto que lhes garante uma clientela diversa e fidedigna.

O perfil dos ambulantes e a tipologia das atividades econômicas são informações constantes na ficha de cadastro e para análise foram fotografadas cerca de 490 fichas no Setor de fiscalização da Prefeitura de Matinhos que emite a concessão de licenças para venda de produtos na praia. Após a coleta em campo os dados foram tabulados e complementados com as informações contidas nas fichas cadastrais e nas fotografias aéreas realizadas por um drone.

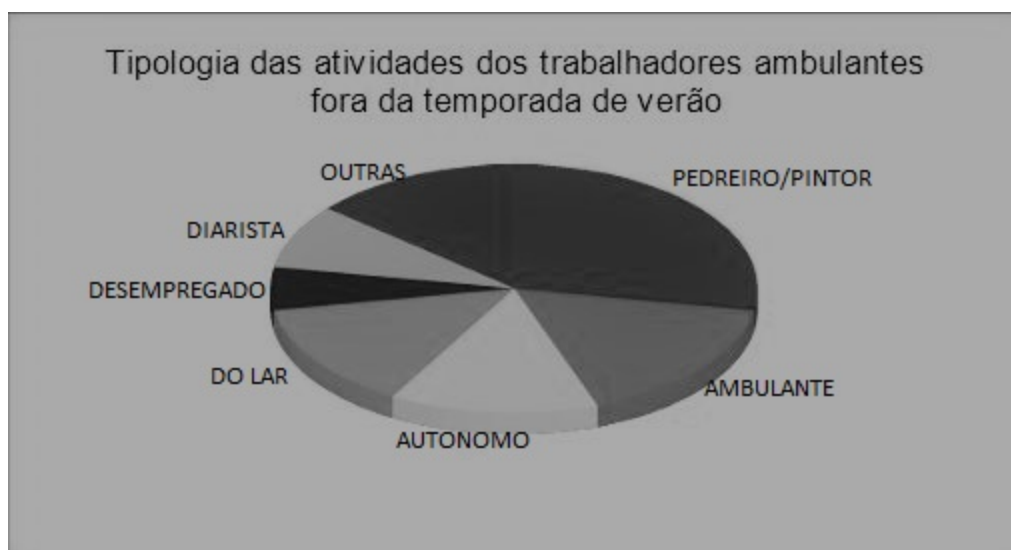


Figura 4- Tipologia das atividades dos trabalhadores ambulantes fora da temporada de verão

Do total de ambulantes entrevistados em campo, 27% são trabalhadores da área da construção civil, 16% se autointitulam ambulantes, 15% são autônomos, 14% do lar, 5% desempregados, 23% de atividades diversas (Figura 4). Os produtos mais comercializados são o Coco Verde e as bebidas em geral, seguido da Tapioca, Crepe, Milho e espetinhos em quase igual proporção. A venda de cangas e o aluguel da cadeira de praia apareceram em menor quantidade nos três pontos de praia levantados, possivelmente pela especificidade desses serviços.

Na questão de localização residencial 88% dos entrevistados são moradores do Bairro Tabuleiro, bairro popular que reconhecidamente abriga grande parte da população de baixa renda em Matinhos, e moram no município a 20 anos ou mais. Em relação aos anos dedicados ao estudo 73 % declaram possuir apenas o ensino fundamental incompleto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisados os padrões espaciais de organização dos trabalhadores ambulantes na faixa de areia na Orla de Matinhos fica evidente as relações de poder estabelecidas entre eles. Em geral os ambulantes que ocupam os lugares mais privilegiados em relação aos melhores lugares da praia em termos de acessibilidade e infraestrutura urbana e serviços de entorno e em relação a presença de um público de clientela mais elitizado são representados em sua grande maioria pelos homens, acima de 35 anos e em geral os habitantes mais antigos da cidade. Os outros trabalhadores que compartilham do mesmo espaço ficam “subordinados” a eles na questão da escolha do local para fixação do seu carrinho, evidenciando uma disputa por clientes e por espaço de atendimento. Esta observação traz a tona as questões que Hasbaert revela em alguns de seus trabalhos como a priorização das dimensões simbólicas e mais subjetivas em que o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através da identidade social sobre o espaço.

Essa territorialização é também corroborada pelo poder público na concessão das licenças dos alvarás para trabalho ambulante e historicamente influenciou na escolha dos trabalhadores sobre o local de moradia na cidade, contribuindo para o crescimento do bairro Tabuleiro, local mais próximo dos melhores pontos de praia, e reconhecidamente caracterizado pelo alto grau de irregularidade fundiária na cidade. Conclusivamente quando analisadas conjuntamente as segmentações de localização residencial, do trabalho e da educação pode-se afirmar que grande parte dos trabalhadores ambulantes estão dentro de uma estrutura social com fortes características de pobreza urbana. Pobreza atribuída, segundo Ruben Katzman, as transformações recentes na estrutura social dos países latino americanos, em especial relativo ao mercado de trabalho e a certas oportunidades pois são fontes de formação de recursos humanos e capital social.

Na medida em que os trabalhadores ambulantes moram no mesmo bairro, tem o mesmo nível de escolaridade e trabalham num mesmo ramo de atividades, há um estreitamento dos âmbitos de sociabilidade informal com pessoas de outras classes sociais e resultam, como no caso do município de Matinhos, progressivas segregações espaciais.

A maioria das políticas públicas procuram elevar o bem estar dos pobres urbanos, mas tem descuidado dos problemas de integração na sociedade, operando apenas para a melhoria de condição de vida como se somente este fato os habilitaria para reestabelecer vínculos significativos com o restante da comunidade. As noções de exclusão, desfiliação, desvalidação, fragmentação e outras semelhantes revela a inquietude pela crescente proporção de população que está precariamente ligada ao mercado de trabalho e

consequentemente afastada das correntes predominantes de mercado. A este fenômeno, qualquer que seja o termo que se aplique implica vínculos frágeis e por vezes inexistentes entre os pobres urbanos/ambulantes/trabalhadores informais as pessoas e instituições que orientam seu desempenho por normas e valores dominantes na sociedade em um determinado momento histórico. Portanto é urgente e necessário uma reflexão sobre os problemas de segregação espacial de alguns grupos e os mecanismos que nutrem e sustentam essas situações para além das considerações meramente econômicas e de carências específicas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10 ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EdUFF.
- HAESBAERT, Rogério. (Junho de 2002). *A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda*. Terra Livre. São Paulo, v. 1, n. 18., pp. 37- 46.
- HAESBAERT, Rogério. (2004.). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- KATZMAN, Rubem. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. Serie Documentos de Trabajo del IPES / Colección Aportes Conceptuales Nº1 Universidad Católica do Uruguai, Montevideo, 2005.
- LEFEBVRE, Henry. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. (1993). *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. . São Paulo: Ática.
- SANTOS, Milton. (1985). *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, Milton. (1996). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC.
- SANTOS, Milton. (2000). *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade: elementos estratégico, determinante do capital no paradigma pós-fordista*. In: ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45–58.
- YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.